

<b>Identificação do Ato Normativo: Regulamentos Técnicos para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento</b>		
<b>Nome: Carlos Tadeu da Costa Fraga</b>		
<b>Empresa: Petróleo Brasileiro S.A.</b>		
<b>Artigo, Inciso, Parágrafo</b>	<b>Sugestão de redação para minuta de Resolução</b>	<b>Justificativa para alteração</b>
Item 4.4	4.4 Protótipo Considera-se o modelo original básico, representativo de alguma criação nova, detentor das características essenciais do produto pretendido, em dimensões e/ou quantidades que confirmam confiança estatística ao processo de avaliação técnica, cujo desenvolvimento abrange a elaboração do projeto, a construção, a montagem, a realização de testes de laboratório, de fábrica e de campo incluindo eventuais certificações por terceira parte.	A descrição sugerida abrange o conceito de protótipo usualmente empregado na indústria de petróleo
Item 4.5	4.5 Instalação-Piloto Considera-se a instalação operacional, destinada a obter experiências, dados técnicos e outras informações, com a finalidade de: avaliar hipóteses, estabelecer novas formulações para produtos, projetar equipamentos e estruturas especiais necessárias a um novo processo, bem como preparar instruções operacionais ou manuais sobre o produto ou processo.	A descrição sugerida abrange o conceito de instalação-piloto usualmente empregado na indústria de petróleo.

Item 4.9	4.9 Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Consideram-se as atividades realizadas na forma de projetos ou programas tecnológicos, relacionadas com pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, protótipos, instalações - pilotos, inovações de produtos e processos e formação de recursos humanos para a atividade.	
Item 4.11	4.11 Instituição Credenciada Determinada entidade de ciência e tecnologia, pública ou privada, localizadas no País, que tenha se submetido ao processo de credenciamento da ANP, e instituições ou entidades vinculadas a programa específico de formação de recursos humanos, conforme item 8.2.2, especialmente credenciadas pela ANP, de acordo com a Resolução XXX/2005 e Regulamento ANP – Nº yyy/2005, cujo Credenciamento esteja em vigor e discrimine os respectivos serviços tecnológicos credenciados.	A exclusão do trecho permite o credenciamento da instituição de maneira global, ampliando a base de atores envolvidos no processo e simplificando o processo.
Item 4.13	4.13 Infra-estrutura Laboratorial Considera-se a construção, a reforma e melhorias de edificações para abrigar instalações físicas; a aquisição, a montagem e instalação de máquinas, equipamentos, instrumentos, softwares ou outros materiais e recursos necessários à implantação e funcionamento do laboratório ou de instalações fabris e de projeto dos fornecedores das concessionárias, vinculados a fabricações pioneiras.	Busca ampliar o conceito de infra-estrutura laboratorial visando atender os itens hoje já computados.

Inclusão de Item 4.14	4.14 Fabricação pioneira – Considera-se a fabricação de equipamento ainda não disponível no mercado nacional de modo a atender necessidades específicas de um novo projeto de investimento ou de aprimoramento das operações regulares de uma concessionária. A fabricação pioneira envolve naturalmente o desenvolvimento de um protótipo cujo desempenho será testado em laboratório e de campo, objetivando atribuir confiabilidade ao futuro equipamento comercial.	A definição se faz necessária devido à prática da atividade na indústria do petróleo.
Inclusão de Item 4.15	4.15 - Empresa Afiliada – Qualquer <u>pessoa jurídica</u> que, direta ou indiretamente, controle ou seja <u>controlada societariamente</u> por outra pessoa jurídica, ou que seja controlada, direta ou indiretamente pela mesma pessoa física ou jurídica.	Se faz necessário a inclusão da definição para melhor entendimento da Resolução
Inclusão de Item 4.16	4.16 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico – transferência de conhecimento e interação tecnológica	Este é um gasto, computado como P&D pela Agência Nacional de Energia Elétrica e também pelo Fundo Setorial Petróleo. Sugerimos a limitação do gasto em 1% do montante externo a ser aplicado.
Item 5.3.1	5.3.1 - O Concessionário deverá realizar as despesas qualificadas com pesquisa e desenvolvimento nos três anos consecutivos ao ano calendário.	Desta forma o concessionário poderá prever, planejar e realizar investimentos de modo adequado garantindo fluxo contínuo de investimento para as instituições de P&D.
Item 6.1	6.1 A prestação de contas será entregue a ANP no semestre subsequente ao ano de investimento.	Desta forma o concessionário cumprirá em tempo hábil as obrigações previstas no Anexo A do Regulamento.

Item 8.1.1	<p>8.1.1 As despesas realizadas nas instalações do próprio Concessionário ou de suas afiliadas, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) projetos e/ou programas de pesquisa básica e aplicada e/ou desenvolvimento experimental;</li> <li>b) construção e instalação de protótipos e de unidades piloto;</li> <li>c) aquisição de equipamentos, instrumentos e materiais utilizados em experimento e construção de protótipos ou instalações pilotos;</li> <li>d) salário bruto do pessoal que atue em regime de dedicação exclusiva às atividades de pesquisa e desenvolvimento; e</li> <li>e) poderão ser admitidas as despesas de pessoal, em regime de dedicação parcial, referentes a coordenação ou gerenciamento dos projetos, desde que contabilizado apenas o tempo de dedicação.</li> </ul>	Com a redação proposta fica evidenciado que a construção e instalação se aplicam ao protótipo e unidades.
Item 8.1.2	<p>8.1.2 As despesas referentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento contratadas junto às empresas nacionais localizadas no País, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) serviços tecnológicos, projetos ou programas de desenvolvimento experimental;</li> <li>b) desenvolvimento de fornecedores de bens e serviços, envolvendo a construção e instalação de protótipos e unidades piloto, a fabricação pioneira, a disponibilização de serviços pioneiros de base tecnológica, incluindo despesas de instalação, testes de laboratório e de campo e eventuais certificações por terceira parte.</li> </ul>	Ampliar o conceito, proposto do item b, para que seja adequado as atividades que são computadas como despesas de P&D pelo concessionário.

Item 8.1.3	8.1.3 As despesas referentes às atividades de pesquisa e desenvolvimento contratadas junto às instituições de pesquisa e desenvolvimento credenciadas pela ANP, com: a) serviços tecnológicos, projetos e ou programas de pesquisa básica e aplicada e/ou desenvolvimento experimental; b) construção e instalação de protótipos e de unidades pilotos	Com a redação proposta fica evidenciado que a construção e instalação se aplicam ao protótipo e unidades.
Item 8.2.2	8.2.2 As despesas realizadas junto à Instituições credenciadas para a realização de programas específicos de formação de recursos humanos para o setor de petróleo e seus derivados, gás natural, meio ambiente e energia, desde que sejam de interesse comum da ANP e do concessionário, formalizado por escrito.	Desta foram esta redação fica semelhante ao proposto na Resolução como áreas ou temas de interesse, conforme parágrafo 1º do artigo 2º.
Item 8.2.5	8.2.5 Desenvolvimento e capacitação técnica de fornecedores relacionada com as micro, pequenas e médias empresas industriais e de serviços, conforme classificação de resolução Mercosul GMC n° 59/98, de 8 de dezembro de 1998, incluindo infra-estrutura laboratorial e maquinário de fabricação.	Adequação do texto proposto para as atividades que são realizadas e consideradas como despesas de P&D pelo concessionário.
Item 11.1	11.1 A critério da ANP, poderão ocorrer visitas, a qualquer tempo, às instalações do Concessionário, ou no local onde estiverem sendo executadas as atividades de pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de acompanhar a execução dessas atividades, resguardados os direitos de propriedade intelectual e sigilo de informações do concessionário em relação ao objeto da pesquisa.	Trata-se de preocupação do concessionário quanto à Propriedade Intelectual e Sigilo.
Item 11.2	11.2 Caso alguma não-conformidade seja identificada, serão acordados com o Concessionário, por meio de termo escrito, o plano de ação para as ações corretivas e prazo para a sua implementação.	Os prazos necessários podem ser superiores a 3 meses, a depender do porte e da complexidade da ação requerida.